

BNDES

Convênio de R\$ 13,9 mi é aprovado

Proposta é de autoria do prefeito Marco Bertaiolli e o valor será investido na modernização de cinco secretarias

Cleber Lazo
Da reportagem local

Divulgação



Decisão foi tomada ontem pelos vereadores, durante sessão que tratou também de outros projetos

Os vereadores mogianos aprovaram na sessão de ontem o projeto que autoriza a Prefeitura a contratar financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) no valor de R\$ 13,9 milhões para a implantação do Programa de Modernização Tributária (PMAT) e da Gestão dos Setores Sociais Básicos. A proposta é de autoria do prefeito Marco Aurélio Bertaiolli (DEM).

Entre as ações previstas no programa estão a adaptação do prédio da Prefeitura para o acesso de portadores de deficiência e a criação de uma Escola de Governo, para formação e capacitação dos servidores municipais. A implantação de uma nova estrutura de tecnologia da informação e comunicação, com infraestrutura de redes e equipamentos de informática, também são iniciativas a serem executadas dentro do PMAT.

Com o valor financiado, cinco secretarias municipais passarão por modernização no sistema administrativo. São elas: Finanças, Obras, Saúde, Gestão e Assistência Social.

A secretaria de Obras terá à disposição o maior volume de recurso, cerca de R\$ 5,2 milhões; R\$ 2,9 milhões serão destinados à de Finanças; R\$ 1,5 milhão será direcionado à de Gestão; R\$ 1,2 milhão para a Secretaria Municipal de Saúde; e R\$ 72 mil serão investidos na pasta de Assistência Social.

Está é a segunda vez que Mogi consegue esse tipo de financiamento. Em 2002, o programa também foi implantado pelo governo federal no município. Na época, a cidade tinha como prefeito o atual deputado federal Junji Abe (DEM) e conseguiu um empréstimo de R\$ 3,933 milhões, que foram utilizados na informatização da Secretaria Municipal de Finanças.

Pelas regras estabelecidas no PMAT, cidades com até 50 mil habitantes podem obter até R\$ 1,8 milhão do PMAT, enquanto cidades com população maior podem solicitar até R\$ 60 milhões (ou R\$ 36 por habitante, prevalecendo o que for menor).